

TSE torna Bolsonaro inelegível até 2030 e abre disputa na direita

ENCONTRO COM A JUSTIÇA

FORA DO JOGO
JAIR BOLSONARO É CONDENADO PELO TSE
E NÃO PODERÁ SE CANDIDATAR ATÉ 2030

DANIEL GULLINO, MARIANA MINZEN E PAOLA SERRA

Em uma decisão histórica, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou Jair Bolsonaro o primeiro ex-presidente do Brasil inelegível.

Ao longo de quatro sessões de julgamento, ministros citaram as inúmeras ameaças à democracia perpetradas pelo ex-presidente durante seu mandato.

DUROS RECADOS
O julgamento de ontem foi marcado por duros recados enviados por Moraes, presidente do TSE, reafirmando a jurisprudence da Corte para as futuras eleições.

— A Justiça é cega, mas não é tola. Nós não podemos, de forma alguma, criar o precedente avestruz. Todo mundo sabe o mecanismo para obtenção de votos, mas todos escondem a cabeça embaixo da terra — afirmou Moraes.

— A Justiça é cega, mas não é tola. Nós não podemos, de forma alguma, criar o precedente avestruz. Todo mundo sabe o mecanismo para obtenção de votos, mas todos escondem a cabeça embaixo da terra — afirmou Moraes.



Decisivo. Cármen Lúcia, ao lado do relator, Benedito Gonçalves: voto da ministra ontem formou maioria para condenar Jair Bolsonaro à inelegibilidade

PLACAR FINAL DO JULGAMENTO

Infographic showing the final vote count: 5 VOTARAM A FAVOR DA INELEGIBILIDADE and 2 VOTARAM CONTRA. It lists the names of the ministers and their respective positions.

PRINCIPAIS PROVAS QUE EMBASARAM A CONDENACÃO

- Conteúdo eleitoral: O ataque às urnas embaixaram o entendimento de que o encontro com embaixadores teve caráter eleitoral e não foi ato de governo. O uso de desinformação já rejeitada pelo TSE, para os ministros, denota alegação de que Bolsonaro buscava melhorias na eleição.

— A defesa recebe com profundo respeito a decisão e vai aguardar a composição integral do julgamento, já que foram lidos em grande maioria apenas votos parciais ou resumo de votos, para verificar quais são as melhores estratégias daqui para frente — disse Vieira de Carvalho.

Para o ministro aposentado Celso de Mello, ex-presidente do STF, a condenação de Bolsonaro é a "resposta legítima do Estado aos que ousam transgredir a ética do Direito e do poder, além de constituir advertência severa aos que maculam a sacralidade da Constituição".

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

RECURSOS POSSÍVEIS

- Embargos de declaração: A defesa pode ingressar com recurso no próprio TSE para questionar os critérios contidos na decisão após a publicação do resultado oficial do julgamento, em agosto. A medida postergaria uma condenação final, sem mudar o resultado do julgamento.

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

RECURSOS POSSÍVEIS

- No STF: Se os alegados devem alegar que Bolsonaro não teve oportunidade de se defender de forma adequada de fatos novos incluídos no processo, como a minuta golpista. O recurso pode mudar o resultado do julgamento.

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

— Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições — afirmou ele.

Alexandre de Moraes, ao votar pela condenação; Cármen Lúcia, que votou pela inelegibilidade; Nunes Marques, que votou a favor de Bolsonaro

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4